GRUPO PARLAMENTAR

99.11.10

REQUERIMENTO N.º 29/VIII(1.a) - AC

Exmº Senhor Presidente da Assembleia da República

Ao longo dos dois últimos anos, sobretudo, o PSD - Madeira, e da forma mais enfática, o seu Presidente e também Presidente do Governo Regional, têm vindo a tentar demonstrar, com óbvios objectivos político-eleitorais, que o Governo da República, na última legislatura, prejudicou seriamente a Região Autónoma da Madeira sob o ponto de vista financeiro.

Porque entendem os subscritores do presente Requerimento que, para além do cumprimento integral do Programa do Governo, nunca outro Governo teve a sensibilidade e a sensatez de dotar a RAM, não só dos meios financeiros indispensáveis, mas também dos mecanismos legislativos de clarificação do relacionamento financeiro entre o Estado e as RA's;

Porque pela primeira vez houve a coragem, por parte do Estado, de assumir a responsabilidade em relação a cerca de 110 milhões de contos da dívida de cada uma das regiões autónomas;

Porque foram substanciais as transferências, efectuadas para a RAM, os deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vêm, por este meio, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, requerer ao Governo, através dos diversos Ministérios e Secretarias de Estado, lhe sejam prestados os esclarecimentos seguintes:

MOD 01

1. Quais os montantes financeiros transferidos para a Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Execução dos sucessivos Orçamentos de Estado, ao longo da Legislatura anterior?

2. Quais os montantes financeiros transferidos para a RAM, no âmbito da aplicação da Lei de Finanças das RA's, na última Legislatura?

3. Qual o montante financeiro das co-participações do Estado Português nos investimentos feitos na RAM pela comparticipação da União Europeia na última Legislatura?

4. Quais os montantes transferidos para a RAM no âmbito de aplicação do II Quadro Comunitário de Apoio, no período da última Legislatura?

5. Quais os montantes transferidos para a RAM, nomeadamente no âmbito de execução de programas específicos comparticipados ou não pela União Europeia (PROCOM; Habitação; agricultura, pescas, turismo, indústria e outros...)?

6. Quais as "dívidas" que persistem em relação à RAM e quais as suas causas?

7. Qual o volume dos investimentos directos do Governo da República na RAM na última legislatura?

8. Qual o montante do investimento que permitiu a redução em 15% do tarifário da energia eléctrica na RAM?

Assembleia da República e Palácio de São Bento, 10 de Novembro de 1999

Os Deputados eleitos pelo PS pelo Círculo Eleitoral da Madeira

Mota Torres

Isabel Sena Lino